

INFORME

Ponto

de
Vista

Com alegria a Coordenação do Curso de Economia aceitou o convite para apresentar o relançamento do Informativo do Departamento de Economia.

Informe Econômico ressurge em boa hora. Mais que nunca faz-se necessário discutir economia e sociedade em nosso país. Mais que nunca é preciso que a Universidade reflita corajosa e seriamente sobre si mesma e seus caminhos. Mais que nunca a Universidade deve fazer-se conhecer pela sociedade que a mantém.

A retomada desta publicação, ao lado do Jornaleco do Centro Acadêmico que, igualmente, voltou a circular, é indício de que algo começa a surgir, de que começamos a nos incomodar e a buscar veículos para expressar nossas inquietações, idéias e opiniões acerca das transformações pelas quais passam nosso País e nossa Universidade.

Ir além das reclamações de corredores, da busca da nota na hora da prova, do estágio no qual nada se aprende, de uma alternativa que complemente nossos míseros salários... Não há outra saída se pretendemos ter alguma autonomia em nossas vidas, ser de algum modo senhores de nossos destinos. Universidade não rima com sujeição, com passividade, com silêncio.

Além da proposta mais ampla de fomentar o debate, nosso Informe Econômico será um espaço de divulgação das atividades diversas do Departamento, do Curso e das entidades ligadas à economia. A cada número serão igualmente divulgadas estatísticas e indicadores econômico-sociais regionais e nacionais.

A Coordenação do Curso de Economia deseja boa sorte à colega economista Enoisa Veras que, a partir de agora, substitui nosso querido Prof. Francisco José S. Santos na direção do informativo em sua nova fase.



"Acreditamos em um CCHL cada vez mais ágil, ousado, criativo e superador de adversidades".

**Maria do Carmo
Maciel Bédard pg. 7**

**Universidade pública brasileira:
o limiar do caos pg. 4**

**Curso de Economia em
Parnaíba pg. 8**

Perdas salariais pg. 3

Empresas competitivas pg.3

**Aos viajantes
do desconhecido pg. 8**

Brasil e a globalização pg. 5

Confira indicadores pg.10

C
O
N
Ô
M
I
C
O

EMPREGO E TECNOLOGIA

LEONARDO MORAES JUNIOR*

Um dos principais problemas do mundo contemporâneo está relacionado com a diminuição estrutural dos níveis de emprego, ou seja, empregos que em grande parte não retornarão num novo ciclo de crescimento da economia.

As origens desse processo podem ser encontradas no final dos anos sessenta, com o início de uma mudança no cenário internacional, quando os estados unidos passam a sofrer intensamente a concorrência da economia européia, liderada pela Alemanha, e japonesa, que assumem a vanguarda da renovação tecnológica, como condição de garantir o nível de competitividade internacional.

"O avanço tecnológico, portanto, é variável fundamental para explicar parte considerável do desemprego hoje existente..."

O avanço tecnológico, portanto, é variável fundamental para explicar parte considerável do desemprego hoje existente, bem como no aumento do nível de produtividade das empresas e na qualidade dos serviços oferecidos.

Nas últimas décadas do século XIX com o advento do taylorismo generalizou-se o uso de máquinas em grandes unidades produtivas e com a noção de "tempo útil" de sua teoria, o trabalhador se torna cada vez mais acessório da máquina. Mas a melhor combinação dos elementos homem e máquina parece ser alcançado no atual momento do capitalismo, quando um novo paradigma de produção industrial desponta associando-os de forma mais eficiente.

As indústrias passam por um processo de reestruturação que, a nível da dinâmica do processo produtivo tem por base o desenvolvimento tecnológico digital de base microeletrônica e, a nível da organização do processo industrial, a mudança na gestão da mão-de-obra.

O desenvolvimento de tecnologias com importância determinante do complexo eletrônico apresenta-se como "uma verdadeira destruição criadora schumpeteriana" segundo Jorge Mattoso. por outro lado, Jeremi Rifkin observa seu impacto sobre a organização da atividade econômica, onde softwares mais avançados estão invadindo a última esfera humana — os domínios da mente, sentenciando: "enquanto as primeiras tecnologias substituíram a força física do homem, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar de seres humanos em toda a escala da atividade econômica" ●

LEONARDO MORAES JUNIOR é aluno do Curso de Ciências Econômicas

MERCADO GLOBALIZADO E ECONOMIA

FRANCISCO TAVARES PESSOA*

Nenhum país, de sã consciência, assinaria um acordo, criando um mercado comum entre países, se não vislumbrasse o atendimento de seus interesses.

Não é fácil a harmonização de interesses entre nações que participem de um mercado comum para seus bens e serviços. Fatores como grau de desenvolvimento industrial, políticas fiscais e níveis salariais precisam ser levados em conta na efetivação de um acordo que crie um mercado comum entre nações heterogêneas econômico, político e socialmente.

Para ilustrar, cito o mercado comum do cone sul — o Mercosul, que tem como integrantes o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

"Vale uma pergunta, para reflexão: a quem, verdadeiramente, interessa um mercado globalizado?"

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de São Paulo*, edição de 18.12.96, estiveram reunidos em Fortaleza-CE, todos os presidentes dos países integrantes do Mercosul, ocasião em que foi anunciada, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a decisão de adotar incentivos às empresas que se estabelecessem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Isto provocou a imediata reação do presidente da Argentina, Carlos Menem, que afirmou: "Vai haver compensação também para as montadoras do nosso lado se o Brasil insistir com os incentivos".

Os presidentes reunidos decidiram continuar com as medidas de salvaguarda, o que significa elevação de tarifas para proteger um produto dos concorrentes importados, até o ano 2001.

Se entre países de economias não tão heterogêneas, como é o caso dos países que integram o mercosul, existe necessidade de adoção de medidas de salvaguarda, como as acima citadas, imaginem-se nesse mercado se permitisse a participação de gigantes como os Estados Unidos e o Japão.

Seria, sem dúvida alguma, de muito interesse para os Estados Unidos, participar desse vasto mercado — o Mercosul.

Dai a persistência dos Estados Unidos em adotar a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, principalmente quando já despertam os interesses da Europa e Japão pelo Mercosul.

Vale uma pergunta, para reflexão: a quem, verdadeiramente, interessa um mercado globalizado? ●

FRANCISCO TAVARES PESSOA é aluno do Curso de Ciências Econômicas

ECONOMIA E TURISMO

NILTON DO NASCIMENTO ARAGÃO*

Parnaíba, apesar das dádivas naturais que possui, ainda, infelizmente, se encontra enterrada no setor turístico, cujas autoridades públicas e a própria iniciativa privada não tomaram uma posição mais racional no sentido de maciçamente, fomentar investimentos que possam tomar mais constante o aproveitamento da atividade turística desta cidade, a qual é, provavelmente, a melhor alternativa para o nosso desenvolvimento.

É necessário que o governo e empresários reconheçam a importância do turismo para Parnaíba e que estes, conjuntamente, se manifestem, procurando estruturá-la adequadamente, visando alcançar uma conjuntura que permita retornos econômicos gratificantes, beneficiando diretamente a sua população.

É difícil admitir que este município, repleto de privilégios naturais, ainda não assimilou a verdadeira riqueza que isso representa para os diversos segmentos da comunidade local, pois o aproveitamento racional da atividade turística é, indiscutivelmente, a melhor opção para a efetivação do nosso desenvolvimento econômico.

Parnaíba, como inúmeros pontos turístico do Brasil, precisa de maiores investimentos e empreendimentos compatíveis com sua potencialidade. Estas necessidades são sentidas momentaneamente pelos profissionais que estão diretamente vinculados ao setor, os quais relatam as diversas carências, consideradas grandes empecilhos para o aproveitamento da atividade.

No período de alta estação que abrange os meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, há um fluxo de visitantes que gera relativo benefício para esta região. Entretanto, nas demais épocas do ano — período de baixa estação — a ausência de turista é um fato comprometedor para o que seria a manutenção do crescimento e desenvolvimento. Diante desta conjuntura, há necessidade de que autoridades públicas e empresários que trabalham no âmbito turístico, se dinamizem e ajam, procurando através de eventos promocionais e aplicação de recursos, tornar mais constante e acentuada a visitação no decorrer de todo ano. outro fator decisivo é o estabelecimento de uma rota turística, possibilitando que Parnaíba faça parte de uma malha rodoviária reconhecida nacional e internacionalmente.

Por ser um fator imprescindível para qualquer atividade, se deve considerar também o trabalho de divulgação, capaz de difundir qualquer tipo de negócio, promovendo, assim, a consecução de benefícios desejados.

Com a divulgação, juntamente com investimentos de infraestrutura e uma rota turística, Parnaíba se estabelecerá definitivamente como potência em termos de turismo no nordeste, fazendo eclodir uma atividade promissora, proporcionando à nossa população a certeza de um futuro com mais empregos e segurança ●

NILTON DO NASCIMENTO ARAGÃO é aluno do Curso de Ciências Econômicas do CM RV - Parnaíba Piauí.

PERDAS SALARIAIS E EMPRESAS COMPETITIVAS

ANTÔNIO DE PÁDUA SILVA DOS SANTOS*

De acordo com o DIEESE, o comportamento histórico do salário mínimo no Brasil, desde a sua instituição, em 1940, até os dias atuais, passou por três fases distintas, a saber:

A primeira compreende o período de 1940 a 1951, quando se verifica uma queda acentuada no poder de compra do salário mínimo, num patamar em torno de R\$ 600,00 e atingindo aproximadamente R\$ 220,00, no final do período.

A explicação para a queda do salário mínimo real, nessa fase, prende-se ao fato deste salário ter sido reajustado apenas uma vez, em 1943, mantendo-se congelado o

restante do período, enquanto o seu poder de compra era corroído pela inflação.

A segunda estende-se de 1952 a 1957, quando ocorre uma recuperação gradual e persistente do salário mínimo, em função de uma política ativa de sustentação do seu padrão de compra, através de reajustes periódicos, que ultrapassaram a inflação, atingindo seu ponto histórico máximo de R\$ 800,00, nesse último ano.

A última e atual fase, vai de 1958 a abril de 1997. Nessa fase, o poder de compra do salário mínimo segue uma tendência geral declinante, embora, em alguns anos, tenham ocorrido ligeiras recuperações, mas sem força suficiente para reverter a trajetória de queda desse período como um todo, quando esse salário atinge o seu mais baixo nível em 1997.

O aviltamento do salário mínimo real ao longo desses anos está relacionado, em primeiro lugar, com a ausência de uma política de sua sustentação e de intensa repressão social, durante o período da ditadura militar. Em segundo lugar, a aceleração do processo inflacionário, no qual qualquer política de reajuste do salário mínimo tornava-se ineficaz. E, por último, a crise fiscal do estados e municípios.

Com a investidura do então senador Fernando Henrique Cardoso no cargo de Presidente da República, esperava-se que fosse iniciar uma nova fase (quarta). Essa, sim, de recuperação do poder de compra do salário mínimo, já que o presidente, em campanha, tinha prometido dobrar o seu valor que à época correspondia a aproximadamente R\$ 70,00.

Entretanto, decorrido mais da metade do mandato do presidente, o poder de compra do salário mínimo continua em queda.

Desde o início do mandato de FHC, o salário mínimo foi reajustado três vezes: em maio de 1995 (42,86%), em maio de 1996 (12%), e em maio de 1997 (7,14%), enquanto o índice inflacionário do primeiro período para o segundo ficou em torno de 20%, e o segundo para o terceiro ficou por volta de 8%, provocando, assim, um declínio no seu poder de compra, estimado em 14% (pelo IGP-FGV) ou de 8% (pelo IPC-FIPE), nesse último período.

Valores do salário mínimo



seu mandato, com o salário mínimo de R\$ 140,00, porque, para que isso acontecesse, ele teria que reajustá-lo em maio de 1998, em 16,69%, o que seria praticamente improvável, já que o governo tem defendido que o reajuste do salário mínimo não deve se basear na inflação passada, mas, sim, na expectativa do índice inflacionário futuro. Ora, a expectativa da inflação para o próximo ano, último do mandato do presidente, está em torno de 8%, logo aquela promessa tende a não se concretizar.

A justificativa do governo para não conceder um índice maior de reajuste ao salário mínimo, seria o impacto deste sobre as contas públicas, principalmente em relação às finanças dos estados e municípios. Essa é uma preocupação válida, tendo em vista que a maioria dessas Unidades têm problemas fiscais sérios. Entretanto, a vida dos trabalhadores que percebem o salário mínimo ou remunerações vinculadas a este, não pode ser sacrificada em função dessa restrição.

Na realidade, o que se defende como forma de reverter a queda histórica do salário mínimo é a adoção de uma política gradual e constante de recuperação paulatina do seu poder de compra, ao longo de alguns anos, para que tal política possa ser absorvida pelo setor público, sem inviabilizá-lo.

Ademais, os estados e municípios devem promover políticas fiscais no sentido de ajustar as suas contas, a fim de que possam cumprir as suas funções sociais e pagar condignamente os seus servidores. ■

ANTÔNIO DE PÁDUA SILVA DOS SANTOS é professor do Curso de Ciências Econômicas - UFPI

TIAGO CARDOSO ROSA*

Muitas empresas no futuro para garantir o pódio de competitividade

terão que ser administradas como se fossem um laboratório, cujo objetivo é capacitá-la empresa a desenvolver produtos antes da concorrência. Percebe-se, em muitas empresas, a maioria dos laboratórios de pesquisa funcionam como segmentos distanciados tanto dos clientes quanto dos processos que geram produtos e serviços. Um laboratório deve funcionar como uma equipe de fluxo de valor integrando todas as atividades dentro da realidade interfuncionais, demonstrando que a empresa como um todo tornou-se um laboratório de pesquisa. A equipe de fluxo de valor para acrescentar novos conhecimentos, necessita investigar novas estratégias e observar que outros resultados de pesquisa estão surgindo em outros ambientes empresariais. O uso das ideias de outras fontes ajuda em muito as metas a serem alcançadas na resolução de problemas complexos ou no aperfeiçoamento de projetos na busca de novos produtos, respondendo às expectativas dos clientes e usuários. A equipe de frutos de valor transformada em laboratório - com ações mais coesas, tem como meta subir nas curvas do aprendizado o mais rápido possível para garantir ou fortalecer o domínio da competitividade da empresa no cenário dessa globalização de mercados. Não tem mais sentido o laboratório permanecer em ambiente isolado do restante da empresa.

Os pesquisadores, nesta equipe de frutos de valor tem contato com os processos que transformam as pesquisas em lucros. Este envolvimento faz parte de uma atividade interfuncional que pode, caso haja necessidade, modificar os produtos e processos. A experimentação e o desenho que geram novas ideias devem envolver a empresa como um todo para que a mesma aprenda a desenvolver experimentos eficazes.

Os pesquisadores, nesta equipe de frutos de valor tem contato com os processos que transformam as pesquisas em lucros. Este envolvimento faz parte de uma atividade interfuncional que pode, caso haja necessidade, modificar os produtos e processos. A experimentação e o desenho que geram novas ideias devem envolver a empresa como um todo para que a mesma aprenda a desenvolver experimentos eficazes.

(cont.)

Para que as organizações em seu todo se transforme em laboratório de aprendizagem, é necessário desenvolver práticas gerenciais e valores que permeiam todas as suas atividades.

A cultura do laboratório de aprendizado integra todos os componentes da empresa de tal modo que todos participam ajudando a encontrar idéias criativas e inovadoras. Estas inovações com frequência necessitam de atitude interfuncional no sentido de integração do conhecimento de todas as partes da empresa. Dentro desta filosofia de laboratório de aprendizagem, todos os funcionários da empresa são chamados a participarem da experimentação, da coleta de novas idéias, do aperfeiçoamento dos processos, de ferramentas, peças e produtos cuja finalidade completa é garantir as preferências do cliente como forma de manter a sobrevivência da empresa. Os laboratórios de aprendizagem estão a todo momento pesquisando as tendências do mercado, monitorando a visão de futuro para que nenhuma surpresa venha prejudicar a competitividade e a produtividade da empresa nesta economia prestes a ingressar no terceiro milênio •

TIAGO CARDOSO ROSA é Mestre em Administração Universitária pela UFPI/IEPES - Instituto de Estudos e Projetos em Educação Superior. Professor de Economia da UFPI.

A PARTIR DO PRÓXIMO NÚMERO, ESTE INFORMATIVO DESEJA DISCUTIR TEMAS ATUAIS DE INTERESSE ACADÊMICO, ECONÔMICO E SOCIAL. O TEMA PROPOSTO É: REFORMA AGRÁRIA. ESPERAMOS A CONTRIBUIÇÃO DA NOSSA COMUNIDADE DE PROFESSORES E ALUNOS.



UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: O LIMIAR DO CAOS

*EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA**

Ao assumir mais um mandato na chefia do DECON, confesso que estava aludido com a perspectiva de novos rumos para a educação brasileira. Supunha eu que o País, agora sob o comando de um renomado Cientista Social que na condição de professor testemunhou o antigo e persistente descaso oficial com a educação pública e sofreu na pele as agruras da carreira docente vivenciando experiências traumáticas de cerceamento científico e patrulhamento ideológico, seria mais sensível às carências e aspirações do setor educacional. Ledo engano. Nunca o descumprimento com o ensino público foi tão acentuado e o profissional da educação tão desrespeitado.

O processo de desmonte da administração pública sob o pretexto de "enxugamento da máquina" está levando a universidade ao caos. Como gerar ciência e tecnologia num contexto internacional de profundas e aceleradas transformações, trabalhando-se num ambiente onde reina a improvisação e o descontentamento? Na era da inteligência virtual ainda estamos sendo obrigados a ser virtualmente inteligentes para maximizar a utilização das barras de giz (sic) que utilizamos. Enquanto o mundo civilizado utiliza-se rotineiramente da escrita digital, temos que nos conformar com a escrita mecânica e nos depararmos cotidianamente com o racionamento de papel que, diga-se de passagem, foi a primeira grande conquista do homem para o registro de suas idéias.

Atualmente, ocupar um cargo na administração acadêmica da universidade pública brasileira, notadamente nos estados periféricos, resume-se ao desgastante e improdutivo exercício da improvisação e do adiamento. Hoje, na universidade falta tudo, até fôlego para o protesto. Não creio que seja função de chefe de departamento explorar sua massa cinzenta no desenvolvimento de "pesquisas" do tipo: - Como escrever sem papel? Comunicar-se sem telefone ou fax? Formar alunos sem laboratórios equipados, bibliotecas atualizadas e professores motivados? etc etc.

Recuso-me a aceitar a hipótese de que o professor deva ser um missionário ou um Dom Quixote. Heróis só são viáveis em situação de conflito e esta não é a situação que almejamos para a academia. Por outro lado, não temos o poder de Cristo para multiplicar pães. Em vez da pretensão de fazer milagres, continuo acreditando que tudo é uma questão de opção política e que a multiplicação dos recursos públicos para a educação poderia ser tão fácil como se mostrou para salvar bancos privados de falências fraudulentas e comprar votos de congressistas infieis aos caprichos do poder. O Rei está nu •

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA é Chefe do Departamento de Ciências Econômicas

OBRASILE A GLOBALIZAÇÃO

WILLIAM JORGE BANDEIRA*

A globalização é um conceito que se afirma a partir dos anos 80, embora como processo, pode-se aceitar que data desde os tempos expansionistas, quando nações procuravam colocar sob seus domínios outras nações com o intuito de conquistas territoriais e/ou imperialistas, definidos em períodos diferentes na história.

Portanto, a globalização como processo implica em paulatino avanço das relações econômicas (principalmente) no sentido de se tornarem relações globais, em que Estados Nacionais perdem poder (parcial ou total) de influência, embora não se possa descartar relações desiguais entre nações e/ou entre agentes econômicos, em que os mais bem preparados (mais eficientes) podem obter ganhos adicionais e/ou conquistar maior fatia dos benefícios.

Quais os fatos (articulados) surgidos especialmente nos anos 80, que afirmaram o fenômeno da globalização? Os principais são os seguintes:

a) Forte aceleração das mudanças tecnológicas, constituindo-se em uma verdadeira revolução nos campos da telemática e da informática, as quais permitiram revoluções na organização da produção e nos processos de gestão empresarial;

b) Aumento acelerado do comércio intra-firma e intra-indústria, além dos novos procedimentos de aproximação entre produtores/fornecedores e produtores/cliente, sobretudo no âmbito das empresas multinacionais. Deste modo, os grandes grupos oligopolistas tornam-se agentes ativos nos processos de integração comercial a níveis regional e global. Com isso, em cada indústria somente uns poucos grupos oligopolistas se habilitam a competir globalmente, obrigando os demais a buscarem alianças estratégicas (com parceiros habilitados em uma área fundamental) ou são obrigados a capitular por falta de escala ou por não deterem o domínio de tecnologias de ponta e/ou fontes seguras e baratas de financiamento para expansão;

c) Forte aceleração dos processos de concentração e centralização de capitais através de fusões e aquisições. Tal movimento determinou a consolidação de conglomerados, cujas características básicas são possuírem simultaneamente poder financeiro e dominação de tecnologias de ponta que lhes asseguram competitividade e poder de mercado em setores diversos, os quais estabelecem estratégias de atuação a nível global;

d) Erosão da hegemonia americana pela difusão desigual do progresso técnico, permitindo o advento do policentrismo econômico tripolar, o que possibilitou a formação de três áreas econômicas igualmente fortes com grandes bancos e empresas multinacionais competindo globalmente. Provocando, inclusive, a perda da hegemonia absoluta do dólar e potencializando a instabilidade econômica, sobretudo pelo crescimento do duplo déficit dos Estados Unidos (comercial e

fiscal) e das dívidas das economias emergentes, permitindo o grande avanço das transações financeiras através de derivativos de toda espécie, visando, sobretudo, a formação de hedge.

Tais fatos apontam para uma crescente perda de poder de influência das políticas econômicas a nível dos Estados Nacionais e, principalmente, definem um novo padrão de desenvolvimento que requer, dentre outros requisitos, forte integração internacional com vantagens competitivas dinâmicas, domínio das novas tecnologias, mão-de-obra altamente qualificada e existência de grupos econômicos empresariais dotados de escala suficiente para competir globalmente.

O Brasil apresenta-se, neste novo contexto, com forte fragilidade competitiva, em função das seguintes condições:

a) Grande necessidade de reestruturação produtiva e gerencial, principalmente para os grupos empresariais expostos a competição internacional. Estas reestruturações vêm acontecendo com certa velocidade, sobretudo no campo das mudanças administrativas, onde estão sendo implantados sistemas gerenciais de origem japonesa, tais como: just-in-time, gestão de qualidade, reengenharia, terceirização, dentre outras. Esses procedimentos têm determinado enxugamentos nas grandes empresas nacionais, tendo como consequência a dispensa em massa de trabalhadores, contribuindo para agravar o problema do desemprego.

b) A necessidade de maior abertura da economia para o exterior provocou um forte deslocamento para cima do coeficiente de importações, sem que houvesse aumento correspondente do coeficiente de exportação. Isso teve como consequência o advento de déficits recorrentes (de caráter estrutural) na balança comercial, gerando dificuldades maiores no balanço das contas correntes, obrigando ao governo estabelecer restrições quanto ao crescimento da demanda global, sobretudo através da manutenção da taxa de juros em níveis bem elevados para atrair capitais estrangeiros.

c) Grandes resistências no seio de alguns segmentos (politicamente fortes) da sociedade quanto à realização das mudanças necessárias, principalmente no que diz respeito a reforma do Estado brasileiro. Tal reforma é absolutamente necessária e urgente, visando desmontar a estrutura estatal (patrimonial, fiscal, gerencial) preexistente de um modelo de desenvolvimento esgotado, a qual perdeu todas as suas virtualidades de crescimento, persistindo apenas como um fardo para a sociedade e/ou para manter antigos privilégios à custa do dinheiro público. Algumas das reformas cruciais enviadas pelo governo ao congresso estão patinando e/ou desfiguradas pelo jogo de interesses prevalentes, além de outras, no âmbito dos vários níveis de governo, que estão sendo conduzidas com bastante timidez (privatizações, ensino, saúde, gerencial, ética, etc.)

d) A qualidade da mão-de-obra nacional

é educacionalmente muito baixa para as exigências dos novos processos produtivos e gerenciais, os quais vêm mudando de forma radical as relações de trabalho, exigindo, por parte do empregado (inclusive o pessoal de chão-de-fábrica), o conhecimento do todo processo de trabalho, capacidade de trabalhar em equipe, valorização da capacidade criativa e de resolução de problemas, além de habilidades mínimas em lidar com a tecnologia da informação. Soma-se a isso, a falta de domínio, no Brasil, das novas tecnologias de ponta, sobre as quais o país está apenas engatinhando em termos de conhecimento;

e) Do lado dos fatores sistêmicos (externalidades) o governo brasileiro vem avançando em várias frentes, sobretudo no que diz respeito às condições macroeconômicas, regulamentações visando incentivar a competição e as reestruturações tecnológicas e no campo da política tarifária, mas deixa muito a desejar no que concerne a infra-estrutura (custo Brasil) que, por falta de recursos para investir, persistem carências perigosas nas áreas do sistemas de transporte, energia, telecomunicações e estrutura portuária. Tais carências prejudicam fortemente as empresas brasileiras quanto a competitividade externa, sem falar no sistema tributário inadequado às novas condições do comércio internacional;

f) A configuração industrial brasileira ainda é bastante frágil para o novo contexto da globalização. Esta exige escala para competir globalmente e economia de escopo para atender às exigências variadas dos consumidores. Os grupos empresariais brasileiros ainda são excessivamente familiares e poucos integrados a bancos e aos setores industriais de ponta. Logo, o processo de conglomeração e/ou de formações de grupos empresariais com escala e requisitos financeiros e tecnológicos suficientes e capazes de formular estratégias globais eficientes ainda é apenas uma possibilidade remota (ou talvez o ovo da serpente esteja apenas nascendo).

Em suma, a globalização é uma realidade que se impõe inexoravelmente. Cabe a cada nação se preparar de forma adequada para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças e armadilhas que se apresentam.

Para ampliação dessa discussão, veja, principalmente, Luciano G. Coutinho. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: *O Brasil e a economia global*. RJ. Ed. Campus. 1996. P. 220. Ferraz, João Carlos e et. ali. *Made In Brazil: Desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1995. Coutinho, Luciano & Ferraz, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas. SP. Ed. Papirus. 1994.

WILLIAM JORGE BANDEIRA é Doutor em Economia pela USP e professor do Curso de Economia da UFPI.

(*Maria do Carmo Maciel Bédard - Diretora do Centro de Ciências Humanas e Letras*)

IDEALISMO E OTIMISMO COTIDIANO UNIVER

Honrada com a confiança em nós depositada pela comunidade do CCHL e sentindo-nos pequenas, diante dos desafios e impossibilidades que nos esperam, queremos ao mesmo tempo, expressar o nosso entusiasmo e o nosso desejo de transformar em possibilidades o título do livro de Georges Snyders, "Feliz na Universidade", (1995) até porque, vemos que a Universidade ainda é um espaço de "liberdade", de projetos e de utopias revitalizadoras, sem as quais, nós humanistas, seríamos mais tristes.

Ultrapassando a preocupação corrente de como se transmitir ao estudante com a maior eficácia possível uma certa soma de conhecimentos, procuramos abordar sob uma outra ótica, a vivência universitária.

Para Cipriano Luckesi, (1995:23) "apresentar uma proposta metodológica de construção de universidade", naquilo que ela tem de essencial em sua natureza, ou seja, a elaboração de consciência crítica e a produção e transmissão de conhecimentos.

Uma universidade, naquilo que ela tem de essencial, não se confunde com prédios arquitetonicamente magníficos, nem com administração bem organizada. Estes elementos fazem parte, evidentemente, do seu suporte. Contudo, a Universidade, mesmo, se faz manifesta com o afloramento da consciência crítica sobre as urgências da humanidade em geral e da sociedade em particular, dentro das quais está inserida. Ela se faz pelo desenvolvimento e a formação de inteligências, criativas e produtivas, geradoras de novos conhecimentos e

de soluções para a humanidade. Ela se traduz como construtora da comunidade científica, voltada para o bem-estar da sociedade e da humanidade.

Acreditamos em um CCHL cada vez mais ágil, ousado, criativo e superador de adversidades. Assim sendo, manifestamos o nosso desejo de juntar esforços para "fazer um CCHL inserido nesta "nova realidade-Mundo e transformar a universidade que temos na universidade que queremos": livre, crítica e criativa.

Entendemos a Universidade como

"...vemos que a Universidade ainda é um espaço de 'liberdade', de projetos e de utopias revitalizadoras, sem as quais, nós humanistas, seríamos mais tristes."

um espaço de vida, de convivência, de socialização, de realização. Queremos pensar a Universidade como um lugar de felicidade, de regozijo, de florescimento cultural no presente, e não apenas uma série de disciplinas e restrições a serem suportadas em prol de um futuro melhor.

Não se trata, evidentemente, de promover um estado de contentamento, de satisfação perene, refratário ao sofrimento e ao erro, numa atitude de alienação frente aos problemas. O esforço para obtenção da alegria, na nossa perspectiva, inclui quebrar o mito de que, ensinar, pesquisar e transferir conhecimentos, é algo penoso.

É comum considerar-se que administrar, e principalmente, "administrar a pobreza", da Universidade, trabalhar muito e

seriamente é de alguma forma, um sofrimento. Apesar de todas as limitações e até mesmo, certas frustrações que nossa Universidade ensaja, não pretendemos viver esta experiência frente ao CCHL deixando que predomine uma visão amarga da vida e da administração universitária. Menos ainda, considerar, que seriedade e eficiência sejam sempre sinônimos de tristeza, de "carga", de sacrifício.

Mesmo tendo consciência das dificuldades e desafios, existe sempre, como diz Guattari, (1987:54) "uma linha de fuga que leva à realização do desejo, pela sua transversalidade que perpassa todos os planos do social". Nesta mesma perspectiva, podemos entender o pensamento de

Nietzsche (1991:17) sobre uma "vontade de potência" que supera a própria inércia e opressão do real.

Nesta perspectiva, tudo o que fazemos por engajamento, por opção prazerosa, nos recompensa. Pensamos como Santo Agostinho, que dizia: "Um santo triste é um triste santo".

No nosso entendimento, a alegria, o prazer de trabalhar nesta Universidade, neste Centro, o idealismo, e o otimismo que queremos conservar, possuem uma positividade fundamental, que é o **fio condutor da vitalidade e do desenvolvimento cultural**.

Compreendemos que a administração universitária exija de todos uma dedicação apaixonada. Sobretudo, pelas suas peculiaridades, às vezes paradoxais: Para sermos

SMO NO SITÁRIO

Diretores de Centro, é condição fundamental que sejamos professores adjuntos IV, ou doutores - o que significa, ter vivido a experiência indispensável da docência.

Por outro lado, é comum ouvir-se dizer, que a exclusividade do tempo de um Diretor, deva ser para a área administrativa, caso contrário, ele não será "bom professor, nem bom administrador". Seria inconcebível, aos meus olhos, pensar que para ser boa administradora, devo renunciar ao exercício de todas as funções acadêmicas, e ficar envolvida apenas com a dimensão político-burocrático da administração universitária, que embora importantes, constituem uma atividade-meio à vida universitária, e não a sua essência. É nesta perspectiva que propomos àqueles que exercem cargos administrativos nos mais diferentes setores da universidade, como Departamentos, Coordenações, Técnicos, e todas as formas de contribuição administrativa, que não considerem o seu trabalho, carga insuportável ou holocausto, apenas justificado pelo "espírito de sacrifício", e pelo "altruismo", pelo "engajamento" com o bem-estar da comunidade acadêmica.

Concordamos em parte, com esta percepção. Não podemos negar as dificuldades e impotências que nos frustam, às vezes. Todavia, é procurando relativizar esta "depressão" administrativa, que propomos encarar a administração universitária como uma fonte de aprendizado existencial, acadêmico e essencialmente, um rico exercício da cidadania, que nos engrandece e nos faz felizes.



Maria do Carmo Maciel Bédard

- Ph.D em Ciências Sociais pela Université Laval - Québec - Canadá.
- Especialista em Administração Universitária - Organização Universitária Interamericana - OUI - Québec - Canadá.
- Mestra em Ciências Sociais - Escola de Sociologia e Política da São Paulo - USP.
- Mestra em Psicologia Social - PUC.
- Especialização em Economia Rural - UFPI.
- Professora do programa de Mestrado em Educação da UFPI.

AOS VIAJANTES DO DESCONHECIDO

R. N. MONTEIRO DE SANTANA*

Dirijo-me aos parceiros da Universidade Federal Do Piauí, professores, alunos e funcionários. E o faço com humildade, na qualidade de pedinte, de um intelectual pedinte, de um pesquisador pedinte.

Tenho trabalhado sozinho, contando apenas com a parceira intelectual de Brasília, a mestra em economia Rita de Cássia L.F.Santos, no prosseguimento do trabalho que estamos a realizar, precisamos, ela e eu, de mais parceiros, de mais viajantes do desconhecido.

Este é o título de minha palestra, no dia 5 de junho, no CCHL, às 17:00 h, iniciativa do Departamento de Ciências Sociais, com o apoio dos demais departamentos e com a participação do Departamento de Comunicação Social.

Nessa oportunidade, diremos das razões por que divulgamos em livro, Rita de Cássia e eu, a **introdução imaginada** ao nosso próximo livro sobre a **nova realidade-mundo**, objetivo de pesquisa durante vários anos, inclusive, nesta universidade, a partir de agosto de 1992.

No sétimo projeto de redação, delimitaremos os termos desta nova realidade-mundo, da qual, por agora, podemos dizer apenas o seguinte: seria o ambiente humano integrado em escala mundial em que os problemas e as tentativas de solução não se circunscreveriam a fronteiras políticas ou culturais, mas envolveriam e afetariam as ações, decisões, estilos e qualidade de vida de todos os indivíduos.

a realidade-mundo, para usar uma expressão sintética, seria o espaço coletivo de "vizinhança" de todos os indivíduos com todos os indivíduos.

Para tanto, após publicar o texto sobre os **elementos concorrentes**

para a **construção da nova realidade-mundo** (o advento dos meios eletrônicos, o processo de miniaturização e o fenômeno da **d e s m a t e r i a l i z a ç ã o**), desenvolveremos quatro outros projetos sobre as **transmutações possíveis** na vida política, na vida econômica, na vida social e na vida cultural, para os quais se pede a colaboração crítica e a participação efetiva de professores, alunos e funcionários.

O último texto aplicar-se-á à ordem emergente e à sua arquitetura. finalmente, vale dizer: este trabalho está sendo realizado com muito sacrifício e só nos sentiremos felizes se, ao final, tivermos, ao nosso lado, colegas universitários desta casa que já conta com numerosas pessoas qualificadas e interessadas na construção do conhecimento.

*R. N. MONTEIRO DE SANTANA é ex-professor titular da Universidade de Brasília.

CURSO DE ECONOMIA EM PARNAÍBA

CYNTHIA MACHADO*

Atendendo, a um anseio da comunidade parnaibana, foi criado em 1976 o Curso de Ciências Econômicas no Campus Ministro Reis Velloso.

Atualmente o curso conta com 12 professores assim distribuídos: 01 mestre, 10 especialistas e um cursando especialização.

Ao longo desses anos formaram-se 17 turmas com 151 alunos. Esses profissionais foram entregues ao mercado de trabalho, enfrentando as dificuldades regionais, comprovado através dos trabalhos monográficos da mais alta qualidade, contemplando os seguintes temas: turismo, agroindústria, meio-ambiente, agricultura, pecuária, artesanato e

desenvolvimento socio-econômico.

Para comprovar a importância desses trabalhos o Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, manifestou interesse em publicar, através da sua mais importante revista, etene, textos monográficos que contemplam setores regionais. Esses trabalhos também são publicados na revista do Campus Ministro Reis Velloso.

Com o novo paradigma (do conhecimento) implementado no mundo inteiro, os professores do CMRV buscam através da reformulação curricular, adequar o novo currículo às novas exigências do mercado, para que os nossos profissionais sejam absorvidos por esse mercado.

*CYNTHIA MACHADO é professora da Universidade Federal do Piauí no Campus Reis Velloso.

ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (CUSTO DE VIDA) TERESINA - PIAUÍ

A inflação do teresinense, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida) - Teresina, registrou no mês de maio último, um aumento de 0,95%, superando portanto a alta verificada no mês de abril/97 (+0,71%) em 0,24%.

Com esta variação de 0,95% em maio, o Índice acumulado no ano chegou a 4,62%, nos últimos 12 meses a 11,47% e na vigência do real (a partir de julho/94) o IPC-Teresina já aumentou 83,96%.

No que tange especificamente ao Índice do mês de maio, constatou-se que foi fortemente influenciado pelas majorações na assinatura telefônica, nos medicamentos e nos serviços de higiene pessoal, que juntos contribuíram com 0,48% dos 0,95% verificados no mês.

O grupo Alimentação que tem a maior participação na estrutura do IPC-Teresina, ao contrário dos demais, registrou no mês de maio/97, deflação de 0,82%, motivada em grande parte pelas quedas nos preços de tomate (-34,87%), arroz (-3,39%), açúcar cristal (-3,24%), feijão (-2,41%), óleo de soja (-1,13%), carne bovina de 2ª (-1,05%) e café em pó (-0,46%).

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ-CEPRO

NOTÍCIAS

Criado em 1986, o Departamento de Ciências Econômicas tem como objetivo principal atender as necessidades dos diversos cursos da UFPI oferecendo disciplinas da área econômica. Atualmente, o DECON atende as solicitações de disciplinas de doze cursos de graduação, entre eles o curso de Ciências Econômicas, adequando a teoria econômica às peculiaridades e especificidades de cada curso.

O quadro docente do DECON é constituído por 31 professores. O Departamento conta com 3 doutores, 7 mestres, 6 especialistas e 10 graduados. No momento, 2 professores estão realizando o curso de doutorado e 3 professores cursando mestrado. O Chefe do Departamento de Ciências Econômicas é o professor José Edson de Castro Lima.

As Coordenações de curso de graduação foram criadas em abril de 1990, através da Resolução nº 028/90 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Segundo a Resolução, as Coordenações são órgãos de natureza técnico-pedagógica e têm como objetivo promover a melhoria qualitativa do processo ensino-aprendizagem.

O Curso de Ciências Econômicas da UFPI é coordenado pela professora Maria Elizabeth Duarte Silvestre. O total de alunos é de 225, sendo que 158 estão matriculados, 19 solicitaram trancamento do curso e 49 alunos não realizaram matrícula ●

O Ministério da Educação e Cultura, através da SESU - Secretaria de Ensino Superior, lançou o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Este

programa visa a inovação do ensino de graduação em termos de currículo e metodologias, incorporação de tecnologias e novas perspectivas interdisciplinares.

O DECON enviou para apreciação, um projeto de implantação de uma sala de vídeo e videoteca, objetivando modernizar o processo de ensino-aprendizagem do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFPI.

Segundo o professor José Ivo dos Santos Pedrosa, Coordenador de Planos, Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Planejamento, responsável pelo Programa na UFPI, os projetos enviados pelos Centros de Ensino e Departamentos foram aprovados. Esperamos o material solicitado para implementação do projeto acima citado ●

Com o objetivo de fornecer informações na área de economia, tais como livros, publicações, teses, índices econômicos, ao corpo docente e discente da UFPI e comunidade em geral o Departamento de Ciências Econômicas está implantando um banco de dados onde os usuários do banco poderão ainda utilizá-lo para redação de textos e tabulação de questionários. Apesar dos recursos quase inexistentes, o Departamento conseguiu a reforma da sala, que foi adaptada para receber os microcomputadores, e um computador pentium. O Banco de Dados conta, no momento, com 2 computadores 486 e um Pentium 133. Foi feito pelo Núcleo de Processamento de Dados da UFPI, um programa onde serão cadastrados os livros pertencentes ao Banco de Dados, que poderão ser utilizados pelos alunos do Curso. Contamos ainda com assinaturas de revistas e jornais. Esperamos o restante do material solicitado e esperamos colocar o Banco de Dados em funcionamento ainda este ano ●

INFORMES

● O professor do Departamento de Ciências Econômicas, Solimar de Oliveira Passos, Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência — IFARADÁ. Vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras, o IFARADÁ tem como objetivo pesquisar a história sócio-econômica, política e cultural do negro. Atualmente, o Núcleo desenvolve pesquisas na área de educação e etnicidade e na contribuição do escravo na formação do estado do Piauí.

● No período de 27 a 30/05, foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o II Encontro Nacional de Economia Política. A Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas, professora Maria Elizabeth Duarte Silvestre, Especialista em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade de Paris, foi a representante do DECON no referido encontro.

● O DECON esteve presente no Workshop A Meteorologia e os Recursos Hídricos Aplicados à Defesa Civil, realizado no período de 26 a 28/05, na SUDENE, em Recife-PE, com o professor Antonio Carlos Andrade, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, que apresentou o trabalho "Secas e Irrigação Pública no Nordeste do Brasil: Mitos e Realidades - A grande seca de 79-84" e "O DNOCS no Piauí - Prognósticos de Estiagens, uma Nova Metodologia".

INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO	IGP-DI FOV	IGP-M FOV	INPC IBGE	IPC FIPE	IPCA IBGE	ICV DIEESE	TR %	TAXA DE CÂMBIO COMERCIAL PARALEL	POUPANÇA	
JAN/95	1,36	0,92	1,44	0,80	1,70	3,27	2,1013	0,842	0,845	2,86
FEV	1,15	1,39	1,01	1,32	1,02	2,96	1,8531	0,851	0,840	2,82
MAR	1,81	1,12	1,62	1,92	1,55	4,89	2,2998	0,896	0,910	2,09
ABR	2,30	2,10	2,49	2,64	2,43	4,66	3,4667	0,913	0,900	4,77
MAI	0,40	0,58	2,10	1,97	2,67	3,58	3,2471	0,906	0,890	3,36
JUN	2,62	2,46	2,18	2,66	2,26	5,15	2,8863	0,922	0,925	3,42
JUL	2,24	1,82	2,46	3,72	2,36	4,29	2,9905	0,936	0,930	3,66
AGO	1,29	2,20	1,62	1,43	0,99	1,84	2,6045	0,951	0,955	2,98
SET	-1,08	-0,71	1,17	0,74	0,99	1,85	1,9393	0,954	0,955	2,87
OUT	0,23	0,52	1,40	1,43	1,41	1,50	1,6540	0,9617	0,965	2,24
NOV	1,33	1,20	1,51	1,17	1,47	2,79	1,4387	0,9666	0,975	1,98
DEZ	0,27	0,71	1,65	1,21	1,56	1,89	1,3460	0,9725	0,995	1,91
JAN/96	1,79	1,73	1,46	1,82	1,34	4,59	1,2526	0,9790	0,985	1,65
FEV	0,76	0,9	0,71	0,40	1,03	0,05	0,9625	0,9842	0,985	1,64
MAR	0,22	0,40	0,29	0,23	0,35	1,04	0,8139	0,9880	0,995	1,36
ABR	0,70	0,32	0,93	1,62	1,26	1,14	0,6597	0,9880	1,020	1,22
MAI	1,69	1,55	1,28	1,34	1,22	1,61	0,5888	0,9984	1,020	0,94
JUN	1,22	1,02	1,33	1,41	1,19	0,91	0,6099	1,0045	1,035	1,33
JUL	1,09	1,35	1,20	1,31	1,11	2,34	0,5851	1,0112	1,035	0,89
AGO	0,00	0,28	0,50	0,34	0,44	-0,26	0,6275	1,0169	1,035	1,02
SET	0,13	0,10	0,02	0,07	0,15	0,10	0,6620	1,0215	1,040	1,26
OUT	0,22	0,19	0,38	0,58	0,30	0,32	0,7419	1,0276	1,095	0,97
NOV	0,28	0,20	0,34	0,34	0,32	0,32	0,8146	1,0332	1,095	1,36
DEZ	0,88	0,73	0,33	0,17	0,47	0,38	0,8717	1,0394	1,130	1,29
JAN/97	1,58	1,77	0,81	1,23	1,18	2,12	0,7440	1,0461	1,080	1,24
FEV	0,42	0,43	0,45	0,01	0,50	0,46	0,6616	1,0515	1,100	1,42
MAR	1,16	1,15	0,68	0,21	0,51	0,50	0,6316	1,0593	1,130	1,12
ABR	0,59	0,68	0,60	0,64	0,88	1,08	0,6211	1,0638	1,140	1,04
MAI	0,30	0,21	0,11	0,55	0,41	-0,01	0,6535	1,0717	1,130	1,22

FONTES: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE SÃO PAULO - CORECON, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO PIAUÍ (POUPANÇA)

(1) Crédito do dia 28 de cada mês

PERÍODO	IPC CEPRO	CUSTO CESTA BÁSICA-CEPRO R\$
JAN/96	1,43	87,45
FEV	0,61	81,33
MAR	0,36	78,94
ABR	1,17	79,90
MAI	2,43	85,34
JUN	1,23	85,78
JUL	1,20	82,85
AGO	-0,04	73,78
SET	0,62	75,18
OUT	1,53	78,85
NOV	0,63	76,41
DEZ	1,21	75,23
JAN/97	1,74	76,19
FEV	0,59	75,96
MAR	0,55	79,32
ABR	0,71	86,67
MAI	0,95	

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO - ÍNDICES DE TERESINA

CUSTO E VARIAÇÃO DA CESTA BÁSICA - MAIO/97

Ao longo do mês de maio, a cesta de produtos básicos, custou a importância de R\$ 79,81 (setenta e nove reais e oitenta e um centavos) e registrou uma queda em relação ao mês anterior de 7,91 %. Tomando-se o caso do trabalhador que ganha o mínimo recomendado pela constituição federal, o dispêndio para a aquisição da cesta foi de 66,51 %, demonstrando assim uma ligeira melhoria do poder de compra do assalariado, visto que em abril último a relação cesta/salário era de 77,38 %.

É importante frisar que as quantidades estabelecidas no DecretoLei são para uma pessoa e conforme dados da PNAD/95, a família piauiense estava composta de 4,6 habitantes por domicílios, portanto, 4,6 pessoas serem alimentadas pelo mesmo orçamento. Dai, vê-se claramente o quanto o valor do salário está distante do necessário para a cobertura das necessidades mínimas de uma família.

Texto extraído do Boletim mensal da CEPRO
Índices de preços ao consumidor (Custo de Vida) - Teresina

INFORME ECONÔMICO
ANO I - Nº 61 - JUNHO DE 1997
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
EDITADO PELO DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPI
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOISA VGRAS - DECON
COLABORAÇÃO: ECONOMISTA ARMANDSON C. GOMES - DECON
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO - DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI
EDITORAÇÃO GRÁFICA: Pad'Agma
IMPRESSÃO: GRÁFICA DA UFPI
TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CAMPUS ININGA - TERESINA - PIAUÍ
CEP: 64.049-550 FONE: (086) 232-1212 ramal 341 FAX: (086) 232-2812